



MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Emitente: Unidade de Controle Interno da Câmara de Pancas-ES

Entidade: Poder Legislativo do Município de Pancas-ES

Gestor responsável: Otniel Carlos de Oliveira

Exercício: 2021

RELATÓRIO

Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, tendo por base a Prestação de Contas apresentada pelos setores desta unidade de gestão, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Destaco que no presente relatório, foi dada maior importância à indicação de valores monetários relativos à cada ponto de controle analisado. Já no INFOCI, as informações não estão apresentadas em valores monetários. Mas este relatório possui os mesmos pontos de controle expostos no INFOCI.

Cabe destacar também, que tais pontos de controle foram analisados através da comparação entre as informações contidas da Prestação de Contas Anual e demais documentos emitidos pelos setores responsáveis e que o Responsável pela unidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Controle Interno desta casa de leis, que subscreve a presente manifestação, não possui formação contábil e por isso, não possui capacidade técnica para emitir opinião quanto às informações do setor contábil.

Código	Ponto de controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universe do ponto de Controle	Amostras selecionadas
1.1.2	Despesa – Realização sem prévio empenho	0000588/2021 0000588/2021 0000001/2021 0000152/2020 0000033/2021 0000666/2021 0000004/2021 0000669/2020 0000101/2021 0000101/2021 0000668/2020 0000443/2021 0000667/2020 0000854/2021 0000347/2021 0000347/2021 0000101/2021 0000101/2021 0000663/2020 0000556/2021 0000050/2021 0000190/2020 0000197/2021 0000240/2021 0000326/2021 0000446/2021 0000446/2021 0000348/2021 0000348/2021 0000501/2021 0000348/2021 0000100/2021 0000013/2020 0000027/2021 0000022/2021 0000662/2020 0000670/2020 0000279/2021 0000598/2020 0000775/2021 0000457/2021 0000197/2021 0000184/2021 0000887/2021 0000048/2021 0000664/2020 0000669/2020 0000152/2021 0000876/2021	Lei 4.320/1964, art. 60.	Análise documental e entrevista	R\$ 2.344.005,00	R\$ 283.190,74
1.2.1	Registro por competência - despesas	0000855/2021 0008883/2021 0000855/2021 0000625/2021	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/98, art.	Análise documental	R\$ 317.598,21	R\$ 317.598,21



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	previdenciárias patronais	0000625/2021 0000625/2021 0000548/2021 0000467/2021 0000385/2021 0000316/2021 0000173/2021 0000173/2021 0000057/2021	1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência			
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	0000855/2021 0008883/2021 0000855/2021 0000625/2021 0000625/2021 0000625/2021 0000548/2021 0000467/2021 0000385/2021 0000316/2021 0000173/2021 0000173/2021 0000057/2021	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Análise documental	R\$ 317.598,21	R\$ 317.598,21
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	0000855/2021 0008883/2021 0000855/2021 0000625/2021 0000625/2021 0000625/2021 0000548/2021 0000467/2021 0000385/2021 0000316/2021 0000173/2021 0000173/2021 0000057/2021	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Análise documental	R\$ 317.598,21	R\$ 317.598,21
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	0000859/2021 0000910/2021 0000855/2021 0000043/2021 0000090/2021 0000198/2021 0000246/2021 0000267/2021 0000478/2021 0000551/2021 0000634/2021 0000695/2021 0000867/2021 0008883/2021 0000774/2021 0000826/2021 0000855/2021 0000625/2021 0000752/2021	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Análise documental e entrevista	R\$ 470.423,51	R\$ 470.423,51



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



		0000764/2021 0000670/2021 0000625/2021 0000607/2021 0000625/2021 0000549/2021 0000479/2021 0000524/2021 0000548/2021 0000396/2021 0000426/2021 0000442/1899 0000467/2021 0000342/2021 0000385/2021 0000306/2021 0000273/2021 0000301/2021 0000316/2021 0000306/2021 0000178/2021 0000247/2021 0000173/2021 0000090/2021 0000090/2021 0000173/2021 0000173/2021 0000039/2021 0000057/2021 0000057/2021				
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	0000859/2021 0000910/2021 0000855/2021 0000043/2021 0000090/2021 0000198/2021 0000246/2021 0000267/2021 0000478/2021 0000551/2021 0000634/2021 0000695/2021 0000867/2021 0000883/2021 0000774/2021 0000826/2021 0000855/2021 0000625/2021 0000752/2021 0000764/2021	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Análise documental	R\$ 470.423,51 .	R\$ 470.423,51



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



		0000670/2021 0000625/2021 0000607/2021 0000625/2021 0000549/2021 0000479/2021 0000524/2021 0000548/2021 0000396/2021 0000426/2021 0000442/1899 0000467/2021 0000342/2021 0000385/2021 0000306/2021 0000273/2021 0000301/2021 0000316/2021 0000306/2021 0000178/2021 0000247/2021 0000173/2021 0000090/2021 0000090/2021 0000173/2021 0000173/2021 0000039/2021 0000057/2021 0000057/2021				
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Não foi localizado qualquer pendência que que justificasse qualquer cobrança	LRF	Análise documental	R\$ 470.423,51	R\$ 470.423,51
1.3 Gestão Patrimonial						
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Inventário patrimonial e Inventário de estoque	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Análise documental – relatórios da PCA	R\$ 1.448.218,77	R\$ 1.448.218,77
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis –	Inventário patrimonial e Inventário de	Lei 4.320/1964, art. 94.	Análise documental – relatórios da	R\$ 1.448.218,77	R\$ 1.448.218,77



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	Registro e controle	estoque		PCA		
1.3.3	Disponibilidades financeiras – Depósito e aplicação	Extratos, demonstrativos contábeis e ROLGES	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
1.3.4	Disponibilidades financeiras – Depósito e aplicação	Extratos, demonstrativos contábeis e ROLGES	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (Verificação documental)	R\$ 2.205.000,00	R\$ 2.205.000,00
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Demonstrativos contábeis e relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 18.	Análise documental – relatórios da PCA	R\$ 1.913.691,09	R\$ 1.913.691,09
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Conformidade (Revisão analítica)	R\$ 1.913.691,09	R\$ 1.913.691,09
1.4.8 1.4.9	Despesas com Pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de Mandato – nulidade do ato	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Conformidade (Revisão analítica)	R\$ 1.913.691,09	R\$ 1.913.691,09
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Conformidade (Revisão analítica)	R\$ 1.913.691,09	R\$ 1.913.691,09
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Conformidade (Verificação documental)	R\$ 1.913.691,09	R\$ 1.913.691,09



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Conformidade (Verificação documental)	R\$ 1.913.691,09	R\$ 1.913.691,09
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	RFB/88, art. 29-A, § 1º.	Conformidade (Revisão analítica)	R\$ 1.913.691,09	R\$ 1.913.691,09
1.4.17	Despesas com Pessoal – Subsídio dos Vereadores - Fixação	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	RFB/88, art. 29-A, § 1º.	Conformidade (Revisão analítica)	R\$ 601.699,08	R\$ 601.699,08
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	CRFB/88, art. 29, inciso VI. CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 601.699,08	R\$ 601.699,08
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 601.699,08	R\$ 601.699,08
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatórios do Setor de Recursos Humanos.	CRFB/88, art. 29-A.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 601.699,08	R\$ 601.699,08
1.5 Demais atos de gestão						
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos da PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Observação	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
1.5.2	Segregação de	Observação	CRFB/88, art. 37.	Observação	R\$ 2.344.005,00	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	funções.	diária de rotinas				2.344.005,00
2						
2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
2.2.8	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Relatórios do Setor contábil	LC 101/2000, art. 16.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.2.9	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – afetação das metas fiscais.	Relatórios do Setor contábil	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.2.10	Execução de programas e projetos	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 167, I.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 167	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.2.18	Realização de	Relatórios do	CRFB/88, art.	Conformidade	R\$ 2.344.005,00	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	investimentos plurianuais	Setor contábil	167, § 1º.	(Análise documental e Revisão analítica)		2.344.005,00
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Entrevista com o setor contábil	LC 101/2000, art.50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Entrevista com o setor contábil	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Relatórios do Setor contábil	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.2.29	Déficit orçamentário – medidas de contenção	Relatórios do Setor contábil	LC 101/2000, art. 9º.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Conformidade entrevista	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.2.31	Despesa – liquidação	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	Lei 4.320/1964, art. 63.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	Lei 4.320/1964, art. 62	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.2.33	Despesa – desvio de finalidade	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	Legislação específica.	Conformidade (Análise documental e Revisão)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



				analítica)		
2.2.35	Despesa – subvenção social.	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	Lei 4.320/1964 art. 16.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.3 Gestão Patrimonial						
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 100. / ei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.5	Cancelamento de passivos	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Entrevista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 Limites Constitucionais Legais						
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	Relatórios do Setor contábil	LC 101/2000, art. 25, § 1º	Conformidade entrevista	R\$ 2.344.005,00	R\$ 2.344.005,00
2.4.3	Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente	Relatórios do Setor contábil	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Entrevista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 Gestão Previdenciária						
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e	Relatórios do Setor contábil	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei	Conformidade (entrevista)	R\$ 2.228.050,78	R\$ 179.584,83



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	previdenciárias.		8.212/1991. Lei Local.			
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Análise legal	Não se aplica	Não se aplica
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	R\$ 470.423,51	R\$ 470.423,51
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Análise legal	Não se aplica	Não se aplica
2.5.7	Servidores cedidos	Relatórios do Setor de Recursos Humanos.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Conformidade (Verificação documental)	Não se aplica	Não se aplica
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Conformidade (Verificação documental)	Não se aplica	Não se aplica
2.5.26	Censo Atuarial	Observação diária de rotinas	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12	Observação diária de rotinas	10 servidores efetivos 21 Servidores Comissionados 1 Servidor inativo 11 vereadores	10 servidores efetivos 21 Servidores Comissionados 1 Servidor inativo 11 vereadores
2.5.37	Registro de Admissões	Observação diária de rotinas	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Observação diária de rotinas	Não houve aplicação	Não houve aplicação

2.6 Demais atos de gestão



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Relatórios do Setor de Recursos Humanos.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Conformidade (Verificação documental)	8 Funções gratificadas	8 Funções gratificadas
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Observação diária de rotinas	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Observação diária de rotinas	Não houve aplicação	Não houve aplicação
2.6.4	Pessoal – teto	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CRFB/88, art. 37, inciso XI	Conformidade (Verificação documental)	R\$ 1.913.691,09	R\$ 1.913.691,09
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CRFB/88, art. 37, caput.	Conformidade (Verificação documental)	R\$ 1.913.691,09	R\$ 1.913.691,09
2.6.6	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.	000004/2021 000022/2021 000027/2021 000033/2021 000048/2021 000048/2021 000098/2021 000100/2021 000101/2021 000152/2021 000184/2021 000197/2021 000279/2021 000326/2021 000347/2021 000348/2021 000446/2021 000457/2021 000501/2021 000556/2021 000584/2021 000588/2021 000775/2021 000854/2021 000876/2021	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Conformidade (Verificação documental)	R\$ 102.625,66	R\$ 102.625,66



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



		000887/2021 000903/2021 000911/2021				
--	--	---	--	--	--	--

1.2. Constatações e proposições

Código	Achados	Proposições/alertas	Situação
1.1.2	Foi empenhado o valor total de R\$ 2.257.296,00. Nossa análise foi restrita à processos referentes à pagamentos, excluindo folhas de pagamento de pessoal e obrigações relativas à pessoal. O montante dos processos analisados soma R\$ 283.190,74.	Não houve proposições ou alertas	Constatou-se que todos os pagamentos foram realizados com prévio empenho.
1.2.1	Houve o registro contábil de todos os pagamentos feitos em decorrência das obrigações previdenciárias. Foram analisados os pagamentos feitos ao Instituto Nacional de Previdência, porém, não houve em sede da presente prestação de contas o recalcule para averiguar se os valores estão corretos. Ficando adstrito apenas à existência de registro adequado	Não houve proposições ou alertas	Houve o Adequado registro



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



1.2.2	Os pagamentos foram realizados dentro do prazo e conforme registro contábil	Não houve proposições ou alertas.	Houve adequado pagamento
1.2.3	Não houve pagamento de juros ou multas por atraso	Não houve proposições ou alertas	Pagamentos feitos de forma corretas e dentro dos prazos.
1.2.4	Todos os repasses foram realizados.	Não houve proposições ou alertas	Pagamentos/retenções feitos de forma corretas e dentro dos prazos.
1.2.5	Não há débitos em parcelamento	Não houve proposições ou alertas	Não há débitos em parcelamento
1.2.8	Não há cobrança de débitos previdenciários em vigor.	Não houve proposições ou alertas	Não há cobrança de débitos previdenciários em vigor.
1.3.1	As informações condidas na PCA refletem as informações contidas no inventário de bens móveis. O foco da averiguação foram o confronto de documentos. Foram confrontados o inventário feito pela comissão específica, o balanço patrimonial, o Balanço de verificação e demais documentos	Não houve proposições ou alertas	O registro contábil está correto.
1.3.2	As informações dos bens são suficientes para caracterizá-lo. É feita contabilização dos bens de forma adequada. Contudo, não há ato formal que atribua a obrigação de cuidado a um servidor específico. Há uma responsabilização genérica atribuída ao Diretor Geral.	No exercício anterior, foi elaborado, uma sugestão ao Presidente que nomeie oficialmente, através de portaria, um servidor responsável por determinados bens, mas foi entendido que a determinação genérica exposta na resolução, era suficiente.	Existe uma responsabilidade ampla do Diretor Geral e apesar de estarem devidamente registrados os bens, que supre a nomeação específica. O diretor geral é o responsável pela guarda e administração dos bens. Os bens são contabilizados e caracterizados de forma correta.



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



1.3.3	Todos os recursos recebidos foram depositados em instituições financeiras.	Não houve proposições ou alertas	A totalidade dos recursos foi recebido através de instituições financeiras.
1.3.4	Os demonstrativos contábeis evidenciam os valores depositados nas contas bancárias. Não houve aplicação financeira em 2021.	Não houve aplicação financeira em 2021.	Os demonstrativos contábeis evidenciam os valores depositados nas contas bancárias. Contudo, não há aplicação financeira dos recursos
1.4.6	Todas as despesas foram consideradas	Não houve proposições ou alertas	Procedimentos realizados em acordo com determinações legais.
1.4.7	Não foi detectado qualquer desrespeito aos limites descritos nos artigos 19 e 20 do LRF. A receita corrente líquida do município de Pancas, em 2021, foi de R\$ 67.970.024,72.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.9	2021 não era um ano de final de mandato, portanto, tal exigência não se aplica a tal ano. Não foi detectado qualquer desrespeito aos limites descritos no artigo 21 do LRF	Não se aplica ao ano 2021.	Limite cumprido pela gestão
1.4.10	O limite prudencial (95%) não foi atingido.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.11	Não foi detectado qualquer desrespeito aos limites descritos no artigo 20 do LRF	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.12	As exigências constitucionais foram atendidas.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



1.4.13	Os gastos com pessoal ficaram em 66,07% dos valores recebidos à título de duodécimo.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.17	As regras expostas no artigo 29, inciso VI da Constituição Federal foram cumpridas	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.18	Os pagamentos obedeceram aos limites do artigo 29, inciso VI (30%)	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.19	Não houve afronta ao limite de 5% da arrecadação municipal.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.20	Neste ponto, não há o que se falar em crime de responsabilidade uma vez que o valor total da folha de pagamento ficou dentro dos limites legais.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.5.1	Documentos da PCA em conformidade.	Não houve proposições ou alertas	Determinação cumprida
1.5.2	Não foram localizadas situações de segregação de função.	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.8	Não houve expansão da atuação governamental.	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.9	Não houve expansão da atuação governamental.	Não houve proposições ou alertas	Atos aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.2.10	Não houve	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.11	Não houve	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



2.2.13	Não houve a abertura de créditos adicionais.	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.18	Não foram localizados investimentos nestas características.	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.24	A avaliação foi feita através de entrevista com o responsável pelo setor contábil.	Não houve proposições ou alertas.	Atos aparentemente, em acordo com a Legislação vigente.
2.2.28	A avaliação foi feita através de entrevista com o responsável pelo setor contábil	Não houve proposições ou alertas	Atos aparentemente, em acordo com a Legislação vigente no que tange à cronologia dos pagamentos.
2.2.29	Não foram expedidos atos de limitação à empenhos e movimentação financeira	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.30	A avaliação foi feita através de entrevista com o responsável pelo setor contábil. Foram realizados os registros e consonância com os artigos 16 e 17 da LRF, conforme determina o Artigo 15.	Não houve proposições ou alertas	Atos aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.2.31	Liquidações efetuada como determina o artigo 63 da lei 4320/64.	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.2.32	Pagamentos realizados como determina o artigo 62 da lei 4320/64.	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.2.33	Não foram verificados desvios.	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.2.35	Em questionamento feito o setor contábil, foi-nos informado que não houve	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	cancelamento de passivos sem comprovação de fato motivador		
2.3.1 2.3.2 2.3.4	Não foram localizados precatórios ou dívida ativa	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.4.1	A avaliação foi feita através de entrevista com o responsável pelo setor contábil	Não houve proposições ou alertas	Atos aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.4.3	Em questionamento feito o setor contábil, foi-nos informado que não há dívida anterior ao exercício de 2001	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.5.1	Foram coletados documentos comprobatórios no momento da contratação e dos pagamentos das empresas	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.5.2	A Câmara Municipal de Pancas está vinculada ao regime Geral de previdência, logo este item não se aplica às informações da PCA.	Não houve proposições ou alertas	Atos aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.5.4	A Câmara Municipal de Pancas está vinculada ao regime Geral de previdência, logo este item não se aplica às informações da PCA.	Não houve proposições ou alertas	Atos aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.5.5	A Câmara Municipal de Pancas está vinculada ao regime Geral de previdência, logo este item não se aplica às informações da PCA.	Não houve proposições ou alertas	Não se aplica



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



2.5.7	Não houve servidores cedidos durante o exercício de 2021.	Não houve proposições ou alertas	Não se aplica
2.5.10	Não houve parcelamentos de débitos previdenciários	Não houve proposições ou alertas	Não se aplica
2.5.26	Não há um procedimento formal, contudo, os dados dos servidores são sempre atualizados pelo departamento de Recursos Humanos	Não houve proposições ou alertas	Atualização realizada rotineiramente.
2.5.37	Não houve contratação de servidores efetivos em 2021.	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.6.1	Todas as funções gratificadas estão sendo exercidas por servidores efetivos. Os cargos em comissão estão de acordo com as determinações legais.	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais
2.6.3	Em 2021, não houve contratação por Tempo determinado.	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais
2.6.4	O valor do teto remuneratório imposto na Constituição Federal foi respeitado	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais
2.6.5	Todas as despesas com subsídios e vantagens seguiram determinação de Lei específica	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais.
2.6.6	Não foram localizadas nenhum ponto em	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais.



CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	desacordo com os artigos 24 e 26 da lei de licitações		
--	--	--	--

1.3. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

Quanto à gestão de recursos, esta Unidade de Controle Interno faz algumas observações pontuais, no que tange ao consumo de combustíveis e a concessão de diárias.

Em 2021 houve um aumento significativo no consumo de combustíveis em relação à 2020, uma vez que em 2020 tivemos uma redução drástica em virtude da pandemia. Nosso gasto com combustíveis e afins em 2021 foi de R\$ 9.601,08.

Quanto às diárias, houve um aumento do valor total, também em virtude da diminuição das atividades em 2020 e do retorno gradativo em 2021. O gasto com pagamento de diárias em 2021, foi de R\$ 8.692,00.

Quanto à remuneração dos servidores, não houveram inovações legislativas referentes à aumentos salariais ou criação de cargos, em respeito à Lei 173/2020.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinei a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do **Sr. Otniel Carlos de Oliveira**, relativa ao exercício de 2021

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados e já elencados, a referida prestação de contas se encontra **regular com ressalva**, uma vez que não possuo capacidade técnica para opinar quanto à documentos contábeis, uma vez que tenho formação em direito. Contudo, realizei entrevistas com o departamento responsável, colhi informações e documentos, no intuito de averiguar quaisquer tipos de irregularidade e nada foi encontrado.

Pancas-ES, 24 de março de 2022